



## **Para além do controle de inflação: A importância do Plano Real na racionalização das contas públicas do Estado Brasileiro**

*Beyond inflation control: The importance of the Plano Real in the rationalization of public  
accounts in the Brazilian Estate*

Wagner de Santana Lima<sup>1</sup>

Elisa Ranieri Bayón<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como finalidade analisar o programa de estabilização econômica Plano Real no tocante da política fiscal. O sucesso do plano no rompimento da espiral inflacionária que assombrava os brasileiros é contundente e será observado. Contudo, o plano trouxe outras repercussões e o objetivo deste trabalho é evidenciar a contribuição e importância das medidas e as reformas econômicas e administrativas ocorridas na implementação e manutenção do Plano Real para o controle, reordenamento e na responsabilidade fiscal do Estado Brasileiro.

**Palavras-chaves:** Brasil; Inflação; Plano Real; Política Fiscal; Reformas.

**ABSTRACT:** This paper seeks to analyze the Plano Real economic stabilization program thru the fiscal policy. The plan's success in the inflation spiral rupture that hunted brazilian is blunt and will be studied. However, the plan brought other repercussions and the main goal of this study is to evidence the contribution and importance of the measures. for economical and administrative reforms that occurred during the implementation and maintenance of the Plano Real to the control, reordering and in the fiscal responsibility of the Brazilian Estate.

**Key-words:** Brazil; Inflation; Plano Real; Fiscal Policy; Reforms.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Anhembi Morumbi. Email: [wagner\\_slima@yahoo.com.br](mailto:wagner_slima@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Anhembi Morumbi. Email: [elisaranieri\\_8@hotmail.com](mailto:elisaranieri_8@hotmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Real foi um programa brasileiro de estabilização desenvolvido e executado no governo do Presidente Itamar Franco (1992-1994) e que tinha como principal objetivo tomar medidas que controlassem a hiperinflação que assolava o país. Para a equipe econômica da época liderada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o diagnóstico do desajuste das contas públicas era visto como a mais relevante causa da inflação brasileira e elemento condição para o fim da alta da inflação (GIAMBIAGI, 2005). De acordo com essa visão, a chave do sucesso do Plano Real era o controle das contas públicas. O ajuste fiscal foi um dos pilares da implementação do plano para controlar os gastos públicos, que seriam destinadas aos pagamentos dos juros externos, contudo, para viabilizá-lo havia a necessidade de que o governo conseguisse aprovar as reformas fiscais no Congresso Nacional no intuito de reorganizar as relações econômicas entre os entes das unidades federativas e com a economia privada. Essas reformas contribuíram para dar mais coerência e organização nas contas públicas (PIRES, 2010). As ações realizadas no decorrer do programa através da política fiscal trouxeram repercussões no arranjo institucional-legal provocada pelas reformas econômicas e administrativas na gestão dos recursos públicos no Brasil (TAVARES, 2005).

A finalidade deste artigo é evidenciar a contribuição e importância das medidas e as reformas econômicas e administrativas ocorridas na implementação e manutenção do Plano Real para o controle, reordenamento e na responsabilidade fiscal do Estado Brasileiro. Para atingir o objetivo, foi utilizado como referencial teórico economistas acadêmicos que debruçaram sobre o Plano Real como Lavínia Barros de Castro (2005), Luís Antônio Paulino (2010), Fábio Giambiagi (2005) e Markus Tavares (2005); e economistas envolvidos na implementação e manutenção do plano destacando Luís Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Administração e Reforma Política (1995-1999).

O artigo será dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção abordará o contexto histórico das fragilidades da economia brasileira, um breve resumo das experiências anteriores ao Real com enfoque ao Plano Cruzado, a influência das medidas preceituadas no Consenso de Washington e o Plano Collor. A seção 2.2 é dedicada a política fiscal do Plano Real e estudar se as mudanças implementadas pelo Plano de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE), foram suficientes para assegurar o equilíbrio fiscal. A terceira seção, por sua vez, discute quais foram os impactos das chamadas reformas estruturais e do programa de privatizações iniciado ainda no governo Collor (1990-1992) e consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

## 2. EXPERIÊNCIAS ANTECEDENTES, IMPLEMENTAÇÃO E AS REFORMAS ESTRUTURAIS DO PLANO REAL



O sucesso do Plano Real e o fracasso das tentativas anteriores de estabilizar a economia só podem ser entendidos no contexto histórico, econômico, social e político que marcou a economia brasileira e mundial nos últimos anos do Século XX (PAULINO, 2010). Antes de avaliar as contribuições das medidas e reformas implementadas no Plano Real na perspectiva da política fiscal é importante mencionar como se desenvolveu a economia do país nas décadas passadas especialmente no tocante das suas fragilidades.

## 2.1 Abordagem das Fragilidades da Economia Brasileira

Na história econômica brasileira, o financiamento do endividamento público e a dependência da liquidez de capital externo no mercado internacional são vulnerabilidades crônicas da economia brasileira sendo acometidas duas vezes por fragilidade financeira nas últimas três décadas (BAHRI, 2003). O segundo choque do petróleo em 1979 e o brusco aumento das taxas de juros internacionais verificadas viriam a aprofundar a crise externa brasileira através de uma série de mecanismos: pelo salto nos juros da dívida; por reorientar os fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa; e pelo impacto negativo sobre os preços relativos das commodities, itens importantes da nossa pauta de exportação. (OMETTO et. al, 1995). No início dos anos 1980, o Brasil deixou de ser receptor e tornou-se emissor de capitais, ou seja, os credores passaram a exigir o pagamento dos empréstimos concedidos no período anterior. Intensificou-se a desvalorização da moeda e o país passou a apresentar taxas cada vez mais elevadas de inflação e baixas taxas de crescimento (BAHRI, 2003).

A segunda metade da década de 1980 foi marcada pelo fim do Regime Militar e pelo enfrentamento de três grandes desafios em primeiro plano para a Nova República: (i) a dívida externa; (ii) o déficit público e; (iii) a inflação. Levando em consideração os resultados das ações colocadas em prática, a política econômica do governo Sarney (1985-1990) foi um fracasso em todas as frentes, primeiramente por não conseguir solucionar o problema da dívida de forma soberana e sustentável, em segundo lugar o déficit público fugiu do controle, tanto pelos encargos do pagamento da dívida quanto pelo aumento das despesas decorrentes dos gastos adicionais gerados pela Constituição de 1988 e pelo descontrole da inflação mesmo após inúmeros e malsucedidos planos econômicos (PIRES, 2010).

A década de 1990 começou com um intenso discurso liberal, influenciada principalmente por ocasião de um encontro ocorrido no *Institute for International Economics* em Washington D.C, onde o economista John Williamson listou para os países em desenvolvimento uma série de reformas em suas políticas econômicas no intuito de assegurar disciplina fiscal e promover ampla liberalização comercial e financeira, além de forte redução do papel do Estado na economia. Essa lista ficou conhecida como *Consenso de Washington*. As reformas comerciais liberalizantes recomendadas pelo Banco Mundial e avalizadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) seriam, de resto, fielmente encampadas pelo governo Collor. O discurso liberal radical combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugurou a “era liberal” no Brasil. Seu plano econômico causou ruptura econômica e política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil. O Governo



Collor (1990-1992) programou mais um “pacote econômico” – que ficou conhecido como *Plano Collor* – conduzido por uma equipe econômica inexperiente, cuja estratégia era um misto de elementos do “choque heterodoxo” com o receituário do Consenso de Washington (CASTRO, 2005; BATISTA, 1994; FILGUEIRAS, 2003).

As reformas econômicas de Collor introduziram uma ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária e deu o pontapé inicial para a abertura comercial e financeira, bem como o processo de privatizações. E relação aos planos econômicos que sucederam no decorrer de seu governo, eles não somente fracassaram em eliminar a inflação, como resultaram em recessão e perda da credibilidade das instituições da poupança, adjunto com isso os desgastes provocados pelas revelações de escândalos de corrupção deram por consequência a abreviação do mandato de Fernando Collor, destituído do cargo no final de 1992 (CASTRO, 2005).

## 2.2 Implementação do Plano Real no Contexto da Política Fiscal

Quando o Itamar Franco (1930-2011) tomou posse em outubro de 1992 o Estado Brasileiro navegava à deriva nas expectativas da comunidade nacional e do sistema internacional. Embora o impedimento de Collor tenha ocorrido sem rupturas institucionais e em contexto de grande participação da sociedade civil, o impeachment foi o maior trauma que a nova democracia brasileira enfrentou e uma expressão ímpar da crise e da ausência de projetos consistentes para um país envolto em perene estagflação (IANONI, 2009). Quando caiu Eliseu Resende, terceiro ministro da Fazenda em nove meses, a inflação passava de 30% ao mês, as incertezas sob seu governo pairavam na opinião pública e no meio político, quando Itamar Franco nomeou o seu chanceler Fernando Henrique Cardoso (FHC) e entregou a ele a missão de elaborar um novo plano econômico para combater a inflação. Na montagem de sua equipe econômica, FHC convidou nomes que integrava o Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (FIUZA, 2006).

Nesta primeira fase de execução, a equipe econômica do governo Itamar Franco (1992-1994) se preocupou em criar condições fiscais mais adequadas para a posterior adoção da nova moeda através da busca do equilíbrio orçamentário da União para gerar superávits primários no orçamento para criar uma poupança da qual seria necessária para pagamentos de juros decorrentes do endividamento externo, indispensável para a sustentação do plano. Visando o equilíbrio fiscal foi lançado o Programa de Ação Imediata (PAI) que era um esboço de um conjunto de medidas de austeridade nos gastos públicos para que as finanças públicas pudessem ser equilibradas como: redução dos gastos da União, recuperação da receita tributária, equacionamento das dívidas de estados e municípios com a União saneamento dos bancos estaduais e federais e aperfeiçoamento do programa de privatização. Além das medidas do PAI, a etapa fiscal do plano requeria, de imediato, a aprovação, por emenda constitucional encaminhada ao Congresso de um Fundo Social de Emergência (FSE), formulado com a meta de alcançar equilíbrio orçamentário em 1994. Em suma, o FSE era uma desvinculação das transferências constitucionais para Estados, municípios,



fundos regionais e algumas políticas sociais. Esse instrumento permitiu ao governo executar usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas (FILGUEIRAS, 2003; PAULINO, 2010; IANONI, 2009).

A segunda fase visava à criação de um padrão monetário estável denominado de Unidade Real de Valor (URV). De 1º de março de 1994 até 1º de julho de 1994, quando ela foi substituída pela nova moeda (o real), o Brasil conviveu com duas moedas com o cruzeiro real (CR\$) cumprindo a função como meio de troca e a URV funcionando como unidade de valor. A terceira fase concedia poder liberatório à unidade de conta e o estabelecimento de regra de emissão e lastreamento da nova moeda (Real – R\$) de maneira assegurar a sua estabilidade. Uma quarta fase, que não veio detalhada, mas tinha suas diretrizes explicitadas, seria a das reformas estruturais. Na realidade, essas fases não são meramente sequenciais ou lineares, sobrepõem-se e envolvem um conjunto de políticas, monitoramentos das já iniciadas e formulação e implementação de outras. Além disso, articulam-se ao PAI, à elevação das taxas de juros (para aumentar as reservas cambiais que lastreariam a nova moeda), à sobrevalorização cambial e a medidas de abertura comercial com fins anti-inflacionários (PAULINO, 2010; CASTRO, 2005; IANONI, 2009).

O Plano Real foi muito bem-sucedido no controle da inflação: a inflação não voltou mais forte como ocorreu nos planos econômicos anteriores e as taxas de variação anual dos preços caíram continuamente entre 1995 e 1998. O problema foi que junto com esse êxito, a gestão macroeconômica deixou duas pontas soltas que estavam explicitamente se agravando: o desequilíbrio externo provocado pelo aumento das importações que se seguiu ao Plano Real combinado com um desempenho pífio das exportações e outros fenômenos causados pela forte apreciação cambial; e uma crise fiscal que precisou ser enfrentado no decorrer do primeiro mandato do então Ministro da Fazenda de Itamar Franco e eleito Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (GIAMBIAGI, 2005).

### **2.3 As Reformas, Programa de Privatização e a Reorganização do Estado Brasileiro**

O controle da alta inflação com o Plano Real colocou o Estado Brasileiro a obrigação de repensar o setor público. A recuperação da trajetória de crescimento da economia brasileira impunha reestruturar as condições de financiamento público e pensar o papel do Estado já que a consolidação fiscal permanente se apresentava como um passo necessário para indicar aos investidores internacionais o comprometimento do País junto ao circuito de valorização do capital internacional. A partir das premissas do Plano Real instalou-se o processo de reformulação na concepção do regime fiscal brasileiro porque o país precisava se mostrar comprometido com as políticas garantidoras da estabilidade bem como ganhar a confiança do mercado na manutenção das políticas econômicas vigentes (SANTOS; LOPREATO, 2016).

A ideia era promover uma reforma de ordem econômica e de Estado para de um lado reduzir as despesas de custeio e investimento e, de outro, atrair capitais externos por meio de privatizações e concessões de serviços públicos para sustentar a âncora cambial, mantendo de um lado, pela política monetária, por meio de juros elevados e, do outro, pela política fiscal, mediante as privatizações e



concessões de serviços públicos ao capital estrangeiro. Quanto mais capital em forma de investimentos fosse atraído, menor seria a dependência de capital de empréstimos seria necessário para sustentar as reservas cambiais para garantir a paridade fixa do real e o dólar. A construção do arranjo institucional-legal de finanças públicas vigente no país garantiu a racionalização do Estado possibilitando o surgimento de um novo regime fiscal sustentável, que por consequência, aumentou a competitividade da economia brasileira e atraiu os investidores estrangeiros, criando condições para um novo ciclo econômico de desenvolvimento autossustentado. (PAULINO, 2010; FILGUEIRAS, 2003).

Dando sequência as medidas econômicas para manutenção do Plano Real, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) enviou, no início de 1995, quatro projetos de emenda à Constituição relativa as reformas de *ordem econômica e administrativa*. Em resumo, a Reforma Gerencial da Administração Pública Brasileira, lançada em 1995, tinha a intenção de avançar nas três dimensões previstas pelo Plano Diretor: a institucional, a cultural e a gerencial com o objetivo de enfrentar a ineficiência do serviço público existente no Brasil. A reforma envolvia um quadro teórico inspirado nas reformas gerenciais que estão sendo implementadas desde a década de 80 em certos países da OCDE, e particularmente na Grã-Bretanha, cujas principais medidas eram: (i) a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios; (ii) a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado, estabelecendo-se uma distinção entre as atividades exclusivas, que envolvem o poder do Estado e devem permanecer no seu âmbito, as atividades sociais e científicas, que não lhe pertencem e devem ser transferidas para o setor público não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado; (iii) a distinção entre as atividades do núcleo estratégico, que devem ser efetuadas por políticos e altos funcionários, e as atividades de serviços, que podem ser objeto de contratações externas; (iv) maior autonomia para as atividades executivas exclusivas do Estado que adotarão a forma de agências executivas; (v) maior autonomia ainda para os serviços sociais e científicos que o Estado presta, que deverão ser transferidos para (na prática, transformados em) organizações sociais, isto é, um tipo particular de organização pública não estatal, sem fins lucrativos, contemplada no orçamento do Estado — como no caso de hospitais, universidades, escolas, centros de pesquisa, museus etc; (vi) terceirização das atividades de apoio para o setor privado, desde serviços simples como segurança e limpeza, até complexos como consultoria e serviços de computação (BRESSER-PEREIRA, 1999).

Paralelamente às discussões e aprovações das reformas no Congresso, a partir de 1995 foram adotadas sistematicamente medidas legais e administrativas para acelerar e garantir os resultados fixados para o Programa Nacional de Desestatização (PND), que o transformaram num dos maiores programas de privatização do mundo. Somente no governo do presidente FHC foram privatizadas quase cem empresas estatais federais, inclusive instituições financeiras federais e federalizadas, e foram arrecadados mais de US\$ 93 bilhões, sendo que apenas 5% desse montante foram pagos com moeda de privatização, o restante com moeda corrente; e a reforma da Previdência ocorridas em duas etapas: Na primeira, estabeleceu-se uma idade mínima para os novos entrantes na administração pública, e ampliou-se a necessidade de tempo de contribuição para quem já estava na ativa. Na segunda, mediante a Lei no 9.876/99 aprovou-se o *fator*



*prevenciário*, uma fórmula matemática aplicada pela Previdência Social para inibir aposentadorias precoces (TAVARES, 2005).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho a análise do Plano real chegou em uma dicotomia: a primeira no ponto de vista fiscal e a outra na perspectiva do arranjo institucional-legal provocadas pelas reformas econômicas e administrativas na gestão dos recursos públicos no Brasil. No tocante do ajuste fiscal foi exposto que contrariando a equipe econômica que tocaram o Plano Real que, apesar de preponderante, o grande protagonista do controle da inflação e da estabilidade dos preços foi a desindexação promovida pela URV. Também foi observado que os dois esforços de ajuste fiscal, o Plano de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE), fora insuficiente para assegurar o equilíbrio fiscal pouquíssimo tempo depois de implementados.

O financiamento do endividamento público e a dependência de liquidez de capital externo, fragilidades crônicas da história econômica brasileira, assombraram como sempre a economia brasileira que assim como afirma Filgueiras: “nunca antes, a política econômica brasileira havia sido tão reflexa, determinada de fora para dentro do país e de forma quase imediata, como esse modelo econômico, que vem constituindo a partir do Plano Real” (FILGUEIRAS, 2003, p. 116). Esse defeito congênito, o modelo de âncora cambial não se sustentou na primeira escassez de liquidez externa provocada pela crise do México de 1995. Depois de três ataques especulativos contra o Real em 1995, 1997 e 1998 (a moratória da Rússia, país com elevado déficit externo e onde as autoridades tinham se comprometido a não desvalorizar a moeda) o instrumento clássico de combate a esses ataques — a alta da taxa de juros — não mais se mostrava suficiente para debelar o problema, além de agravar seriamente a situação fiscal. O esquema de política econômica que vigorara até então, porém, mostrou-se, na prática, esgotado. O panorama começou a mudar com a exoneração do presidente do Banco Central Gustavo Franco, defensor da política cambial vigente desde o início do Plano Real, e a nomeação de Armínio Fraga para o posto. Ele escolheu sua equipe e anunciou duas providências: a elevação da taxa de juros básica e a adoção do sistema de metas de inflação, que há anos vinha sendo adotado em diversos países. Esta última foi entendida como uma espécie de “troca de âncora”, face ao desaparecimento da âncora cambial (GIAMBIAGI, 2005).

Em relação as chamadas reformas estruturais realizadas no decorrer da implementação do Plano Real e cerne do presente trabalho, constituiu uma base de sustentabilidade da política fiscal e fundamentaram a nova cultura de gestão dos recursos públicos no Brasil. O progresso alcançado na relação dos estados e municípios foi ressaltado, por meio dos programas de saneamento e privatização dos bancos estaduais e de reestruturação das dívidas. A partir do consenso entre governo central e as unidades federativas, o Plano Real foi levado com êxito às mudanças estruturais. Grande parte das mudanças que caracterizavam o arranjo institucional-legal foi aprovada a partir do ano de 1998, como a Lei de



Responsabilidade Fiscal, que não pode ser negada sobre os esforços e avanços que foram conquistados anteriormente (TAVARES, 2005).

Em linhas gerais, o Plano Real deixou dois grandes legados: a primeira foi o controle da inflação, visto que se se aproxima da terceira década que os índices não atingem nem de longe os auge inflacionários. Sua preservação passou a ser razão da política macroeconômica em todos os seguintes governos. Assim, o objetivo passou a ser a preservação da estabilidade monetária do país, em nome da qual tudo ou mais - crescimento, emprego, distribuição de renda - passaram a funcionar apenas como variáveis de ajustes (PAULINO, 2010). Em segundo foi o conjunto de novidades lançadas pelas reformas estruturais que apesar das contradições reduziu a participação do Estado nas atividades produtivas e de forma genérica levaram o país se aproximar da racionalidade econômica das nações desenvolvidas. Essa nova realidade social e política viabilizou o Plano Real e trouxe reformas constitucionais que à perspectiva política atual é até surpreendente de como que chegaram ao consenso para que elas fossem aprovadas no Congresso Nacional e aplicadas nas relações republicanas entre a União e as unidades federativas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHRY, T. R. *A economia brasileira no período 1968-1999: ciclos de endividamento e crescimento com restrição no balanço de pagamentos*. Curitiba, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, UFPR, 2003.

CASTRO, L. B. *Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994)*. In: GIAMBIAGI et. al. (org.) *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX, Caderno Dívida Externa, n. 6, 2. ed., nov. 1994.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995*. Revista do Serviço Público. n. 4, 1999.

COSTA, F. N.; DEOS, S. S. *Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira*. Campinas, Texto para Discussão IE/UNICAMP n. 109, 2002.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. 2ªed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FIUZA, G. *3000 dias no bunker: Um plano na cabeça e um país na mão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GIAMBIAGI, F. *Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002)*. In: GIAMBIAGI et. al. (org.) *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

IANONI, M. *Políticas públicas e estado: O Plano Real*. Lua Nova, São Paulo, Vol. 78, p.143-183, 2009

OMETTO, A. M. H. et. al. *Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população*. São Paulo, Rev. Saúde Pública, vol.29, no.5, 1995.





XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA  
ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA  
INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
VARGINHA, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2021



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

PAULINO, L. A. *O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002)*. In: PIRES et. al (org) *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula 1ª ed.* São Paulo, Saraiva, 2010.

PIRES, M. C. *Os sucessivos e fracassados planos de combate à inflação*. In: PIRES et. al (org) *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula 1ª ed.* São Paulo, Saraiva, 2010

SANTOS, F. A.; LOPREATO, F. *O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano Real ao segundo Governo Lula*. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 267, abr. 2016.

TAVARES, M. *Vinte anos de política fiscal no Brasil: dos fundamentos do novo regime à Lei de Responsabilidade Fiscal*. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, v. 4. n. 7, jul. 2005.